

# PARA UMA GRAMÁTICA DOS USOS: TALVEZ + CONJUNTIVO

Maria Joana Vieira dos Santos

## 1. O Conjuntivo como "modo da frase complexa"

Considerar o Conjuntivo o modo da frase complexa, como o faz a maioria das gramáticas, significa na verdade falar tanto em modo que ocorre na frase complexa como em modo indissolivelmente ligado à proposição subordinada, isto é, regido pelos conectores da subordinação. Uma simples estatística empírica comprova, de resto, uma esmagadora maioria de usos na subordinada<sup>1</sup>. Daí a sua sobrevalorização e o concluir-se automaticamente que na própria essência do modo estaria a pertença a construções deste tipo, ideia favorecida aliás também pela etimologia<sup>2</sup>.

1.1. Interessa-me por isso tratar de uma "marginalidade" que de certa forma questiona o tratamento dado nos manuais de ensino do português (em especial de português como língua estrangeira) ao Conjuntivo. Em regra, surge sem qualquer critério unificador e coerente dos seus múltiplos usos, acompanhado pelas habituais longas listas de excepções<sup>3</sup>. Não admira então que ganhem foros de humor macabro as palavras de Moody: "Perhaps that part of any grammar which is most feared by students as well as teachers is the subjunctive. The word itself seems to have a magic aura about it. All one has to do is mention the term to a colleague in another department and his eyes bulge, his nose may wrinkle in disgust and he may emit a moan of intellectual pain still lingering from a distant, unsuccessful experience with some foreign language. That magic word evokes terrible memories of trying

to apply rules and being wrong much too frequently for any kind of comfort" (Moody 1975: 502)<sup>4</sup>.

1.2. A explicar estes traumas da aprendizagem estão, a meu ver, dois tipos de erros. O mais evidente, de cariz metodológico e pedagógico, consiste em sobrevalorizar e aumentar as proporções do modo, favorecendo no aluno a ideia de que se trata de um problema quase insolúvel<sup>5</sup>. A isto não será estranho que, contrariamente ao Indicativo, (aprendido segundo uma óptica sobretudo temporal), se trate de uma ideia mais abstracta, menos traduzível em termos empíricos<sup>6</sup> a ideia da expressão da modalidade. A dificuldade aumenta também porque introduzir o Conjuntivo com a frase complexa implica duas estruturas de elevado grau de dificuldade que têm de ser aprendidas simultaneamente.

Quanto ao segundo erro, desencadeia uma avalanche de consequências teóricas que, por limitações de espaço e de tempo, me limitarei a enumerar. Em primeiro lugar, ao reduzir o modo a uma mera dimensão de combinatória sintáctica, mesmo que subentendida, cria-se no espírito do aluno a impressão de que precisaria de reflectir no seu emprego quando (isto é, apenas quando) lhe surgir determinado tipo de estrutura pela frente, ou seja, a falsa ideia de que o Conjuntivo seria "pedido" por determinadas expressões, que assim se vêm duplamente carregadas de um estatuto que não é o seu: o de principais agentes de subordinação (quando essa subordinação é antes uma consequência do seu papel enquanto agentes argumentativos), e o de despoletadores de um modo (quando na verdade o modo é função de uma rede contextual semântico-pragmática bastante mais complexa).

O Conjuntivo torna-se então num automatismo sintáctico, numa cristalização fossilizada de hábitos linguísticos arbitrários, convencionais e tanto mais inquestionáveis quanto mais ilógicos e arreigados. Aceitar o conceito de "servidão gramatical" do Conjuntivo pressupõe além do mais que se trata de um modo sem valor semântico, o que equivale desde logo a contradizer o seu estatuto de categoria gramatical.

Chega-se a afirmar que, quando o modo depende automaticamente do constituinte semântico do verbo da proposição principal, o Conjuntivo "perde a sua função modal" (Tláskál 1984: 248, sublinhado meu), indiciando portanto a substituição desta "forma subsidiária" e

a-semântica, condenada ao desaparecimento pelo Indicativo, esse sim, "modo de pleno direito"<sup>7</sup>.

1.4. Posição bastante mais lógica defendia Boléo: as trocas de modos revelam "uma diferença quanto à atitude mental do indivíduo que fala, quanto ao seu modo de "visionar a acção"(Boléo 1935: 10). Valerá também a pena recordar que tanto Pottier (1958: 71) como Alarcos Llorach (1970) apontavam os diferentes sentidos do verbo *decir* não como determinantes do modo mas antes determinados por ele (cf., em português, *disse que o João corria amanhã e disse que o João corresse amanhã*). Por aqui se prova "que el subjuntivo no puede definirse sólo por su función como modo de la subordinación, puesto que existen contextos en que es el contenido semántico el que lo exige". (Alarcos Llorach 1970: 101<sup>8</sup>).

Por isso mesmo, é preferível atentar mais de perto na interpretação dos usos que os estudos teóricos vêm defendendo, sem que haja no entanto uma ligação real à pedagogia do modo Conjuntivo. Aproveitarei assim a formulação sugerida por Faria (1974) para o Conjuntivo português: "do ponto de vista lógico (pressuposição) existe Conjuntivo sempre que a proposição em que ele se inserir puder ter dois ou mais valores de verdade" (Faria, 1974: 181), ideia exemplificada com a construção TALVEZ + Conjuntivo.

## 2. A construção TALVEZ + Conjuntivo

2.1. O caso de TALVEZ é, em primeiro lugar, um caso paradigmático. Não só por ser muito necessário, o que advém da sua frequência<sup>9</sup> como também porque as reacções dos falantes ao uso do modo em concatenação com a ordem das palavras na frase são em tudo conformes às regras gramaticais<sup>10</sup> Mesmo perante proposições ligadas por parataxe, a utilização do modo correcto conserva-se para lá da proposição imediatamente subsequente à principal, ainda que se recorra a um bordão linguístico<sup>11</sup>. Só em casos em que uma pausa prolongada inflecte a orientação argumentativa é que assistimos a trocas involuntárias<sup>12</sup>.

Por outro lado, a construção parece representar de forma exemplar a questão do automatismo sintáctico. Embora falem em emprego independente, as gramáticas habituaram-nos a associar estes casos à

subordinação, por serem objecto de uma regência gramatical a partir de uma expressão determinada que pediria o modo Conjuntivo. Ora convém recordar aqui que Hjelmslev, de forma lapidar e tautológica, definiu o problema da regência como sendo o de saber qual o termo que rege e qual o termo que é regido (Hjelmslev 1939: 16 e 18), o que justifica a procura de uma hierarquia para as funções das duas partes envolvidas: a posição de *talvez* e o uso do modo. Isto mesmo que, na perspectivação que proponho, não se trate tanto de uma regência de termos ou sequer de proposições como de uma regência de níveis.

2.2. Parece-me assim que a incidência do advérbio na frase determina pressuposições de sentidos necessariamente voluntárias por parte do locutor, e que o lugar do advérbio *talvez* não é causa nem consequência do modo, mas antes forma com ele uma rede intrincada de sentidos implícitos, de "pistas", que se reflecte na estruturação sintáctica e que o alocutário competente deverá decifrar<sup>13</sup> como veremos nos exemplos infra. Ou seja, estamos perante uma regência de níveis diferentes de informação. Continuando a citar Faria (cf. supra), no caso de *talvez*, o Conjuntivo pressupõe uma "disjunção entre proposições" que se excluem necessariamente uma à outra, ou melhor, cujo valor de verdade se exclui mutuamente.

(1) O João não veio trabalhar. Talvez esteja doente.

significa que o João pode estar doente, mas também pode não estar. Tanto uma proposição como a outra podem ser verdadeiras, mas que uma seja verdadeira implica que a outra seja falsa e vice-versa. Já

(2) O João não veio trabalhar. Está doente, talvez.

equivale a afirmar "O João está doente", e em seguida uma espécie de nota de rodapé do discurso, em que o locutor inflecte a argumentação (até aqui orientada para o valor de verdade do que afirma) no sentido da possibilidade, e mais ainda da forte probabilidade (na verdade, o locutor não sabe se o João está doente, deduz isso da sua ausência, do facto de ele raramente se ausentar a não ser por doença, etc.)<sup>14</sup>.

O mesmo se passa até quando se torna explícita a relação causal.

Em

(3) O João não veio trabalhar porque está doente.

a presença do Indicativo significa que o locutor sabe que o João não veio e sabe que o João está doente, mas mais ainda: sabe também que é por estar doente que não veio. A inclusão de *talvez* não implica aqui a mudança de modo, não por uma hipotética e absurda regra com excepções ("*Talvez* pede Conjuntivo, excepto nas proposições causais..."), mas por causa da organização hierárquica das pressuposições transmitidas pelo locutor.

(4) O João não veio, talvez porque está doente.

A presença do Indicativo significa que o locutor sabe que o João não veio, e sabe que está doente, mas não sabe se existe uma relação causal entre os dois factos<sup>15</sup>. Pode por isso ser verdade ou não que ele não vem porque está doente. Ou seja, a incidência de *talvez* sobre a proposição como um todo assinala assim a relação argumentativa entre as duas proposições<sup>16</sup>. Se o que está a ser apresentado como objecto de discussão é a causa e não o valor de verdade dos dois processos (isto é, a ausência do João e a sua doença), não existe, evidentemente, qualquer motivo para o uso do modo Conjuntivo. Cf.

(5) ?O João não veio, talvez porque esteja doente<sup>17</sup>.

O Conjuntivo é de novo sinal de um raciocínio diferente: o locutor sabe que o João não veio, mas não sabe se está doente, e por esse mesmo motivo não sabe se existe uma relação causal entre a ausência (ou não-vinda) e a possível doença.

### 3. O Conjuntivo e a pressuposição

3.1. Estes exemplos parecem demonstrar que *talvez* anteposto ao verbo, acompanhado pelo Conjuntivo, mantém o valor de verdade do processo como indefinido. Quando posposto, apenas permite relançar uma dúvida sobre um processo dado primeiramente como verdadeiro e certo e por isso mesmo expresso pelo Indicativo. Creio que esta formulação é preferível à que tem tornado a posição do advérbio a ré da mudança de modo, o que se deve de facto a uma falsa ideia sobre o funcionamento do Conjuntivo.

Explicar a coincidência entre a mudança de *talvez* e a mudança de modo parece assim poder efectuar-se através da desmontagem de todo o jogo de pressuposições e bem assim da orientação argumentativa. Quanto a mim, são esses os factos hierarquicamente superiores, sendo portanto a colocação do advérbio não a causa da mudança do modo, mas sim, conjuntamente com essa mudança, um sinal visível da pressuposição.

É essa a ideia desenvolvida por Leeman-Bouix para o Conjuntivo francês<sup>18</sup>: o Conjuntivo pressupõe o facto como "également possible et impossible; autrement dit, avec le subjonctif, les deux plateaux de la balance sont égaux, tandis que l'indicatif témoigne d'un choix en faveur de la réalisation du procès"(Leeman-Bouix 1994: 89)<sup>19</sup>. Se não se fala aqui em disjunção, pelo menos subentende-se que se apresentam assim os dois termos de uma escolha possível e depreende-se que o alocutário, na sua interpretação do enunciado, saiba compreender o dilema que lhe é apresentado. Desta impossibilidade de escolha, ou desta escolha não feita por manifesta vontade do locutor, que não deseja subscrever como verdadeira uma proposição que não sabe se não é falsa, darão testemunho todas as ocorrências de Conjuntivo nas suas diferentes estruturas sintácticas.

3.2. Resta então regressar ao nosso problema inicial, que é o de conciliar esta ideia com a de um ensino coerente dos usos do modo. Dir-me-ão, talvez, que é mais simples continuar a referir a ligação indissolúvel entre subordinação e Conjuntivo sem procurar explicitá-la, mesmo sabendo que não se trata de um automatismo. É um pouco a posição de um teólogo agnóstico que não acredita no que ensina, mas se abstém de lançar a dúvida entre os fiéis. Não se pode coerentemente induzir os alunos em erro pelos modos monolíticos que figuram nos quadros da conjugação, nem pela classificação sintáctica baseada no tipo de proposição (Boléo, 1935), por sua vez determinada por fenómenos locais de combinação sintáctica ou determinadas palavras, o que esmigalha uma eventual coerência semântico-pragmática do uso do Conjuntivo.

A meu ver, é precisamente o que a *Gramática* de Mateus (Mateus et al, 1983 e 1989) não faz, optando por definir o Conjuntivo como um operador de actos ilocutórios. A ideia do Conjuntivo como mecanismo pragmático merecia por isso não só ser desenvolvida como tornada acessível também a um público não universitário.

## Notas

- <sup>1</sup> As gramáticas não excluem os conjuntivos ditos "independentes", mas quase todas os referem no início da lista de empregos, sem qualquer explicação (cf. "O Conjuntivo ocorre em proposição / oração / posição independente para exprimir desejo, lamento, etc.), o que os transforma quase de imediato em exceções. Os exemplos apontados são ainda por cima quase sempre os mesmos, o que favorece a ilusão de que se trata de frases feitas, mais fáceis de memorizar em bloco do que procurar explicar e manejar.
- <sup>2</sup> Tanto os termos *conjuntivo* como *subjuntivo* reenviam para a ideia de um modo que acompanha sempre uma expressão da qual depende (Ali 1964: 324) e isto mesmo em posições muito recentes, que referem, aliás, o problema da má interpretação (Béchade 1993: 83 e Béchade 1994: 183).
- <sup>3</sup> A maioria das gramáticas não se dá conta, aliás, do absurdo que é uma lista de anomalias com as mesmas dimensões da lista de regras.
- <sup>4</sup> Talvez a parte da gramática mais temida tanto pelos alunos como pelos professores seja o conjuntivo. A própria palavra em si parece possuir uma aura mágica. Basta mencioná-la a um colega de outro departamento para vermos os olhos esbugalharem-se-lhe, o nariz franzir-se e emitir um gemido de dor intelectual, que ainda permanece viva depois de uma longínqua experiência falhada com uma língua estrangeira. Essa palavra mágica evoca memórias terríveis: as de tentar aplicar regras e as de falhar vezes demais para que se possa sentir qualquer espécie de segurança" (tradução minha).
- <sup>5</sup> Ver, a este respeito, o artigo de Thomas Cox, "Remedies for Subjunctive Anxiety", *French Review*, 1986, 60, 1, pp. 65-70.
- <sup>6</sup> E por isso mesmo menos próxima dos sentimentos que os falantes podem experimentar e exprimir a respeito da língua que falam, seja ela materna ou estrangeira.
- <sup>7</sup> É possível que essa seja a situação no português do Brasil, ou, pelo menos, de algum português do Brasil, já que os exemplos que todos os dias ouvimos por via mediática não indiciam essa substituição. De qualquer maneira, no português europeu, o Conjuntivo não serve apenas, como pretende Tláskál, para informações extralinguísticas sobre a origem, instrução e sentido linguístico do locutor (Tláskál, 1984: 248 ), isto é, como marca elitista e snob da sua superioridade cultural, uma espécie de "imparfait du subjonctif" à portuguesa. Nas entrevistas do *Português Fundamental*, o Conjuntivo figura em menos ocorrências que o Indicativo, mas encontra-se em falantes de todos os graus de instrução e, o que é mais representativo, com uma margem insignificante de erros, que poderão aliás ser atribuídos às hesitações e pausas do discurso oral mais do que a desconhecimentos ou hesitações no uso da língua. O mesmo se pode dizer vinte anos mais tarde, perante as inúmeras entrevistas de rua a que assistimos em directo.
- <sup>8</sup> Por aqui se prova "que o conjuntivo não pode definir-se apenas pela sua função como modo da subordinação, uma vez que existem contextos em que é o conteúdo semântico que o exige" (tradução minha).
- <sup>9</sup> Não foram poucas as vezes em que alunos de português como língua estrangeira, nas suas primeiras aulas, quiseram exprimir a ideia da possibilidade e se viram impossibilitados de o fazer por desconhecem o modo.

- <sup>10</sup> Os poucos inquiridos que fiz não têm qualquer valor estatístico. No entanto, considereei suficiente recorrer à noção de "gramaticalidade intuitiva" dos falantes, além do meu idiolecto pessoal.
- <sup>11</sup> Cf. "**Talvez** o homem até *seja* dado um bocado a isso pela sua natureza e **que tenhamos** que ser conscientemente anti-superstição". Exemplo recolhido de uma entrevista do *Português Fundamental*. Sempre que não for mencionada a origem, trata-se de exemplos forjados por mim.
- <sup>12</sup> Ocorre, também no *Português Fundamental*, a frase "**talvez** um (...pausa) *há* cerca de umas trinta pessoas".
- <sup>13</sup> Ver, a respeito desta ideia, o princípio de "ajustement des systèmes de repérage" referido em Culioli 1973 e também o referente à "co-enunciação" em Ducrot 1984.
- <sup>14</sup> Postos perante este exemplo, os falantes admitem "que lhes parece mais certo/ mais provável/ mais seguro do que o uso de *esteja*".
- <sup>15</sup> Admitamos que é um pouco absurdo pensar que uma pessoa doente pode vir trabalhar. Mas pode tratar-se de alguém especialmente dedicado ao trabalho, que nunca falta, mesmo se está doente.
- <sup>16</sup> Na fase inicial de concepção do texto, pareceu-me que se poderiam determinar diferentes "campos de incidência" de *talvez* dentro da própria proposição. No entanto, e na sequência de uma discussão com o Prof. Jorge de Morais Barbosa, vim a verificar que isso não teria muita importância, em face do papel decisivo do Conjuntivo na determinação da orientação argumentativa.
- <sup>17</sup> Frase que o meu idiolecto hesita um pouco em aceitar, mas considerada correcta por outros.
- <sup>18</sup> É certo que tal proposta se enquadra numa concepção guillaumista do Conjuntivo como modo da "virtualidade", o que pode levantar algumas dúvidas, sobretudo no que respeita a casos de manifesta "factualidade" como sucede com *Lamento que tenha vindo em vão*. Seria então preferível uma etiqueta menos ambígua, como sucede, por exemplo, com a proposta de Klein em considerar o Conjuntivo como o modo da "não-afirmação" do processo (Klein, 1990: 303). Em todo o caso, o desenvolvimento subsequente da proposta comprova que, tal como Klein, Leeman-Bouix não nega a factualidade dos processos, admitindo apenas que, do ponto de vista do raciocínio modal do locutor, essa factualidade não é considerada.
- <sup>19</sup> O Conjuntivo pressupõe o facto como "igualmente possível e impossível. Por outras palavras, com o conjuntivo, os dois pratos da balança estão nivelados, ao passo que o indicativo aponta para uma escolha a favor da realização do processo" (tradução minha).

## Referências

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1970) – *Estudios de Gramatica Funcional del Español*. Madrid: Gredos.
- ALI, Manuel Said (1964) – *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. S.Paulo: Edições Melhoramentos.



- BECHADE, Hervé D. (1993) – *Syntaxe du français moderne et contemporain*. Paris: P.U.F., 3ª. edição (1ª. 1986).
- BECHADE, Hervé D. (1994) – *Grammaire française*. Paris: P.U.F.
- BOLEÓ, Manuel de Paiva (1935) – "Tempos e modos em português – Contribuição para o estudo da sintaxe e da estilística do verbo", separata do *Boletim de Filologia*, tomo III, fasc. 1 – 2, pp. 3 – 24.
- CULIOLI, Antoine (1973) – "Sur quelques contradictions en linguistique", *Communications* 20, pp. 83 – 91.
- DUCROT, Oswald (1984) – *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit. (cap. VIII, "Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation").
- FARIA, Isabel Hub (1974) – "Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta", *Boletim de Filologia*, t. XXIII, fasc. 1 – 4, pp. 81 – 189.
- HJELSMLEV, Louis (1939) – "La notion de rection", *Acta Linguistica – Revue internationale de linguistique structurale*. vol I – fasc. 1, pp. 10 – 23.
- KLEIN, Flora (1990) – "Restriciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español", in *Indicativo y subjuntivo*, Ignacio Bosque (Org.). Madrid: Taurus, pp. 303 – 329.
- LEEMAN-BOUIX, Danièle (1994) – *Grammaire du verbe français – des formes aux sens*. Paris: Nathan, Col. "Nathan Université".
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. (1983) – *Gramática da Língua Portuguesa – Elementos para a descrição da estrutura, função e uso no português actual*. Lisboa: Caminho.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. (1989) – *Gramática da Língua Portuguesa – Elementos para a estrutura, função e uso no português actual*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MOODY, Raymond (1975) – "A semantic organization of the portuguese subjunctive", *Hispania* 58 – 9/12, pp. 502 – 517.
- POTTIER, Bernard (1958) – *Introduction à l'Étude de la Philologie Hispanique*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, t. II – "Morphosyntaxe espagnole".
- TLÁSKÁL, Jaromil (1984) – "Observações sobre tempos e modos em português", in *Estudos de linguística portuguesa*. J.G. Herculano de Carvalho e Jürgen Schmidt-Ragenfeldt (Eds.), Coimbra: Coimbra Editora. pp. 237-255.